

TREVISOL, Joviles Vitério

Atores Sociais e Meio Ambiente: análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil

Chapecó: Argos, 2007, 295 p. Série Debates.

Gedalva Terezinha Ribeiro Filipini*

A polêmica que permeou o conflito sobre o projeto de construção da hidrovía Paraguai-Paraná, marcou a história dos países do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) no final do século XX. O projeto, surgido em 1987, propunha a construção de uma hidrovía internacional conectando o porto de Nueva Palmira (Uruguai) a Cáceres (Brasil), em uma extensão de 3.442 quilômetros, com a finalidade de oferecer melhor ligação econômica entre os cinco países da região – Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Indicava obras capazes de provocar profundas alterações no ciclo hidrológico dos rios, e desencadear uma série de impactos socioambientais na região da Bacia do Prata e, sobretudo, na região do Pantanal.

No cerne da questão encontra-se o conflito ambiental, alçado da esfera do poder político-econômico para o debate global, por meio da ação de um movimento contra-hegemônico de articulação dos atores sociais. Havia por parte do autor o firme propósito de investigar um exemplo bem sucedido de ação da sociedade civil, por meio do estudo investigativo em uma dimensão sociológica, com vistas a compreender os desafios enfrentados, suas estratégias e resultados.

A escolha da Coalizão Rios Vivos, ocorreu em virtude de ser uma rede de ONGs e movimentos sociais composta por aproximadamente 300 entidades civis de inúmeros países da América e Europa, pensada a partir da necessidade de conquistar espaço de participação pública nas instâncias decisórias do projeto, dada sua inconsistência quanto aos impactos socioambientais. Estruturada du-

* Historiadora e geógrafa; Mestre em Educação (Unoesc); Psicopedagoga; Graduanda em Engenharia Ambiental (UnC); pesquisadora em bioindicadores de poluição atmosférica com artigo publicado, com Comunicações de Pesquisas em eventos; membro da Rede Sul-brasileira de Educação Ambiental e bolsista do Projeto Rede Guarani/Serra Geral (CNPq em Convênio Funjab/Fapesc); Rua Ermínio Deuclides Tagliari, 526, Bairro Nossa Senhora da Salete, CEP 89.700-000, Concórdia, SC; gedalvafilipini@hotmail.com

rante o movimento preparatório da Eco-92, a Coalizão foi formalmente instituída em dezembro de 1994 (p. 167), com o desafio de monitorar o Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná, uma vez que se evidenciavam riscos preocupantes em relação à biodiversidade do Pantanal. Por constituir uma das poucas áreas úmidas do planeta, o Pantanal conquistou em novembro de 2000, dois importantes títulos internacionais concedidos pela Unesco: o de “Reserva da Biosfera” (declarado no dia 9) e o de “Patrimônio da Humanidade” (dia 29), de grande relevância pela abrangência e objetivos. As Reservas da Biosfera constituem sistemas de gestão com ênfase no planejamento e conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, tendo as unidades de conservação como núcleo, enquanto os sítios do Patrimônio da Humanidade resultam de uma convenção internacional que reconhece a importância de determinadas áreas, sem as quais haveria um empobrecimento da humanidade. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a preservação da biodiversidade do Pantanal é essencial para a sustentabilidade das populações locais, que é representada por um contingente de 150 mil índios pertencentes a 25 famílias e uma centena de comunidades (TREVISOL, 2007, p. 23).

É na contramão da concepção de desenvolvimentismo a qualquer custo, que surge a Coalizão Rios Vivos – objeto do resgate histórico que o autor faz com riqueza de detalhes, evidenciando sua importância como articuladora de novos conhecimentos e espírito protagonista de cidadania, na busca por assentimento e legitimidade. Sobretudo, faz-se relevante pelas contribuições e alternativas de ação que encaminha – seja na produção de diagnósticos científicos, seja na publicização dos impactos e riscos negativos relacionados à implantação do projeto, tal como havia sido inicialmente planejado e publicado em 1990 com o nome de Relatório Internave (p. 22). Porém, as ações protagonizadas pela Coalizão Rios Vivos só ganharam visibilidade em agosto de 1995, após a divulgação do vídeo “O Pantanal vai virar sertão?” produzido pelo WWF, parceira da Coalizão. A divulgação transnacional do vídeo é considerada pelo autor como um “divisor de águas” na campanha da hidrovia, uma vez que a partir daí, o projeto ganha dimensão planetária, é inserido na agenda global, e conquista a opinião pública que é finalmente mobilizada em favor da causa.

O livro é desenvolvido em cinco capítulos, iniciando com a apresentação e conceituação da emergente “sociedade civil global”; insere a relevância política da

organização da sociedade civil enquanto instância definidora de rumos; contextualiza os interesses políticos e econômicos do projeto HPP inserindo aí a dimensão socioambiental; e, evidencia as possibilidades de ação que levaram à inserção do conflito na agenda política global, de forma a reverter processos e redefinir as prioridades governamentais.

No primeiro capítulo faz uma abordagem contextualizada da “globalização” e dos entendimentos em torno do conceito de “sociedade civil”, dialogando com autores como Giddens, Beck, Castells, Ianni, Boaventura de Souza Santos e outros. Inicia com a contribuição de Boaventura que aponta para a necessidade de tornar o local globalmente relevante, como forma de construir capacidades e promover reciprocidades efetivas (TREVISOL, p. 27). Trata das origens e evolução do conceito de “sociedade civil global”, vista nos anos 70 como movimentos de resistência e contestação; como associativismo revolucionário ligado à conquista de direitos e humanidades nos anos 80; para caracterizar as organizações sociais, as ONGs e o “terceiro setor” nos anos 90; e, mais recentemente, para significar uma esfera social politizada, com o propósito de atribuir relevância às temáticas de interesse coletivo. Além disso, promove a reflexão entre as posições defendidas por pensadores como Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx e Gramsci, contextualizando a evolução do conceito ao longo do tempo.

O segundo capítulo analisa o contexto sociopolítico da emergente “sociedade civil global”, que nas palavras de Habermas (1995, p. 99 apud TREVISOL, 2007, p. 91), significa “a idéia republicana de uma comunidade influenciando sobre si mesma de maneira consciente.” Relata a trajetória da organização social, e suas estratégias de construção, desenvolvimento e integração através de rede. Além disso, atribui importância às ações que permitem expandir a percepção ambiental, valorizar a cidadania como estratégia de mobilização, ressignificar os laços de convivência e responsabilidade entre as pessoas e, acima de tudo, inserir na esfera pública a discussão dos problemas coletivos, com o propósito de transformar as suas práticas.

O terceiro capítulo detalha o projeto proposto no Relatório Internave – primeiro projeto HPP, e todo o processo de questionamentos, conflitos e estudos desencadeados a partir daí, passando pela formação do Comitê Intergovernamental da Hidrovia – CIH e o descaso deste para com a participação da sociedade civil. Relata o histórico do Projeto Intergovernamental da Hidrovia no contexto do Mercosul, o qual começou a tomar corpo jurídico e adesão política no final da década de

80 (séc. XX), embasado por acordos bilaterais de navegação sobre esses dois importantes rios da Bacia do Prata, que vinham sendo construídos desde o século XIX, efetivados na assinatura do Tratado da Bacia do Prata em 1987. Torna perceptível o empenho dos governos na viabilização das obras diretamente ligadas ao processo de formação do Mercosul, e à perspectiva de integrar as economias dessa grande região ao comércio internacional, de forma mais competitiva. Ao evidenciar o interesse pelo potencial econômico do transporte hidroviário existente nesses rios, mostra também as ações governamentais para dificultar o acesso da sociedade civil aos documentos do projeto, e, mais especificamente, dificultando sua participação nas instâncias decisórias.

O quarto capítulo aborda o Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná e a mobilização dos atores sociais. O anúncio do projeto instaura uma dinâmica desenvolvimentista de inspiração neoliberal, que despertou a preocupação de lideranças ambientalistas brasileiras. Estas, passam a denunciar os riscos do projeto, desencadeando um processo de diálogo, trocas de informação e articulação da sociedade civil, que consegue introduzir a temática “Hidrovia” nas discussões preparatórias à Eco-92, criando, dessa forma, as condições para o surgimento da Coalizão Rios Vivos. Aborda, ainda, os caminhos trilhados e as dificuldades encontradas nessa articulação que precisava ampliar o debate planetário sobre o projeto, a fim de viabilizar estudos científicos independentes, de forma a qualificar os discursos que se posicionavam contra a sua implantação. Finalmente, o *slogan* proposto pelas ONGs no início da campanha da hidrovia – “adaptar as embarcações aos rios e não os rios às embarcações” – passa a ser admitido, não sem embates e dificuldades de toda ordem, vivenciadas pelos atores protagonistas da campanha. Assim, à medida que se avolumam as vozes contrárias à construção da hidrovia, jornais e revistas de grande circulação do Brasil também passaram a denunciar a insustentabilidade do projeto, levando autoridades políticas a alterar suas agendas de prioridades, evidenciadas nas mudanças de rumo e/ou estratégia.

O quinto capítulo trata das “estratégias de ação e oportunidades de poder” das ONGs, e oferece dados para a compreensão do inegável poder de pressão e influência destas na era da globalização. Segundo o autor, ao desencadear um conflito socioambiental por legitimidade e participação, os atores envolvidos transformam e são transformados (p. 239), gerando uma importante capacidade de mobilização da opinião pública, e de protagonismo de diversas instâncias sociais, cujo poder foi

sendo gestado e exercido, ampliando seus espaços de credibilidade e convencimento. A publicização dos riscos foi um dos ingredientes decisivos para a legitimação política das ONGs, que conseguem globalizar a percepção dos riscos e, em decorrência disso, sua credibilidade vai fortalecendo a Coalizão Rios Vivos como ator político transnacional, pela habilidade de denunciar os riscos e demonstrar cientificamente sua veracidade. Em última instância, a Coalizão Rios Vivos demonstrou à opinião pública internacional por meio da produção e socialização de informações, que a construção da hidrovia implicaria na destruição de dois importantes patrimônios comuns da humanidade – o Pantanal e as Comunidades Indígenas que vivem na região (TREVISOL, 2007, p. 243). Os meios de comunicação, mesmo não sendo campo aberto e democrático, rendem-se à divulgação da campanha, em virtude do volume de informação cientificamente produzida para questionar o projeto, desempenhando dessa forma, um papel determinante nos seus destinos. O propósito perseguido pela Coalizão Rios Vivos de promover a aproximação das pequenas organizações civis dos países do Cone Sul – historicamente isoladas – visava construir uma agenda comum de trabalho, além de fortalecê-las para o desafio de monitorar o projeto da hidrovia.

Trevisol tem a felicidade de abordar um tema extremamente atual e planetário, utilizando como estratégia a investigação e o resgate de uma história pouco conhecida pela população regional. E o faz pelo viés da imersão de quem quer ampliar a percepção para a importância das ações da sociedade civil. A investigação e as inúmeras entrevistas com diferentes atores envolvidos no processo, permitem resgatar o imaginário daqueles que viveram a experiência e a construíram em meio a embates e dificuldades – mas, também, faz uma abordagem detalhada da incansável angústia desses mesmos atores na expectativa de implicar nos rumos do projeto, cujos impactos ambientais negativos, pela dificuldade de acesso aos documentos, nem podiam ser claramente dimensionados.

Atores Sociais e Meio Ambiente constitui um primoroso resgate histórico sobre o ativismo político transnacional, que consegue evidenciar uma experiência bem sucedida de ação coletiva e solidariedade global, e ainda serve de estímulo à politização. Ao reconstruir o conflito em torno do projeto, consegue “identificar as estratégias de ação e as oportunidades de poder inauguradas pelos atores civis” (TREVISOL, 2007, p. 23, grifo do autor), e evidencia a importância da articulação da sociedade civil desencadeada pela Coalizão Rios Vivos.

Na atualidade, vivencia-se uma pluralidade de movimentos sociais que se organizam no afã de defender direitos, valores e causas coletivas, criando novas formas de mobilização e cidadania. E, à medida que ampliam seus espaços de influência, ganham legitimidade e aumentam sua capacidade de convencimento e mobilização, prestando um importante serviço às causas que abraçam. Diante disso, fica evidente a necessidade de se conhecer melhor história, como forma de ampliar a percepção ambiental, e compreender as conquistas e o poder dos atores sociais adequadamente articulados.

Atores Sociais e Meio Ambiente é uma excelente oportunidade de imersão na história do nosso país, e merece ser objeto de reflexão de professores, estudantes e da sociedade em geral, uma vez que ao atribuir relevância ao papel da sociedade civil na mobilização das sociedades políticas, evidencia o potencial dessa organização no sentido de transcender aos limites territoriais do poder, desafiando para a construção de políticas de emancipação.